

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO: FORMAÇÃO,
ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PÚBLICA**

Laura Cristiane Ramalho Moreira (lauraramalhomoreira@gmail.com)

Elaine Vilela (elaine.vilela1@metodista.br)

Este projeto de pesquisa discute o papel do professor no processo de inclusão escolar, com foco em como a formação docente, as estratégias pedagógicas e as políticas públicas influenciam a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas. Parte-se da constatação de que, apesar de a legislação brasileira assegurar o direito à educação inclusiva — como previsto na Constituição Federal de 1988, na LDBEN (Lei nº 9.394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) — a implementação prática ainda encontra barreiras significativas. Entre elas, destacam-se lacunas na formação inicial e continuada dos professores, infraestrutura precária, ausência de recursos pedagógicos adequados e a falta de cultura escolar verdadeiramente inclusiva (GUIMARÃES, 2022).

A pesquisa propõe-se a investigar, por meio da abordagem qualitativa e narrativa, como os professores da rede pública percebem e vivenciam a inclusão de alunos com deficiência. O método privilegia a escuta de experiências reais, permitindo que os docentes relatem suas práticas, dificuldades e estratégias diante da diversidade em sala de aula. Tal escolha

metodológica se ancora em Clandinin e Connelly (2015), que defendem a relevância das histórias de vida como fonte de conhecimento e como via para compreender a prática educativa em profundidade. Ao adotar esse caminho, busca-se dar centralidade à voz dos professores, frequentemente silenciada nos debates sobre inclusão, e valorizar seus saberes construídos no cotidiano escolar.

O estudo parte da hipótese de que a formação docente apresenta falhas estruturais que comprometem o preparo dos professores para lidar com a inclusão. Muitos cursos de licenciatura abordam a temática apenas de forma superficial, deixando os futuros educadores inseguros quanto às práticas a serem aplicadas (BUENO, 2007; ARANHA, 2004). Já a formação continuada, quando ofertada, nem sempre responde às demandas concretas vividas nas escolas, sendo fragmentada ou distante da realidade (PERRENOUD, 2000). Essa lacuna acaba por reforçar desigualdades, já que o professor, sem suporte institucional, precisa muitas vezes buscar sozinho alternativas de capacitação. Ainda assim, diversos educadores se destacam ao reinventar metodologias, adaptar materiais e criar vínculos com os estudantes, demonstrando que a inclusão, embora desafiadora, é possível quando há compromisso ético e criatividade pedagógica (OLIVEIRA, 2011; CARVALHO, 2004).

No referencial teórico, Mantoan (2006) ressalta que a inclusão vai além da presença física de alunos com deficiência em sala de aula: requer práticas pedagógicas flexíveis, ambientes acessíveis e reconhecimento das diferenças como parte do processo educativo. A inclusão, portanto, se vincula diretamente à justiça social, na medida em que possibilita que todos tenham acesso equitativo à aprendizagem (SASSAKI, 1997). Contudo, como destacam Bueno (2007) e Aranha (2004), a formação inicial dos docentes ainda não contempla, de forma sólida, os conteúdos e práticas necessárias para a educação especial, tornando urgente a revisão das grades curriculares dos cursos de licenciatura.

Os objetivos da pesquisa concentram-se em compreender o papel do professor da rede pública no processo de inclusão, identificar dificuldades enfrentadas, analisar a formação inicial e continuada, investigar a influência das políticas públicas e mapear as estratégias pedagógicas utilizadas. Com isso, espera-se construir um panorama realista das práticas e dos limites encontrados pelos educadores. Os riscos da pesquisa residem principalmente na possível resistência de alguns professores em expor fragilidades, mas a metodologia garante liberdade para que os participantes interrompam sua colaboração a

qualquer momento. Os benefícios, por outro lado, são expressivos: ao dar visibilidade às narrativas docentes, o estudo pode subsidiar propostas de formação mais sensíveis e alinhadas à realidade da escola pública, além de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas (MITTLER, 2013).

A justificativa da pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate sobre inclusão escolar, não apenas em termos legais e teóricos, mas também a partir das vozes de quem atua diretamente no cotidiano escolar. Assim, o projeto assume caráter transformador, na medida em que busca apontar caminhos para práticas pedagógicas mais equitativas e para a consolidação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova justiça social (FREITAS, 2013). A expectativa é que, ao final, os resultados sirvam como base para transformar tanto as políticas educacionais quanto as práticas pedagógicas, fortalecendo o papel do professor como agente central na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação docente; políticas públicas; escola pública.